

GDF tenta concluir projeto de Brasília

Construção de biblioteca, museu, cinemas e túnel na Esplanada dos Ministérios depende de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Luís Cláudio Cicci
de Brasília

Até o fim deste mês, o Governo do Distrito Federal (GDF) vai saber se pode contar com dinheiro do Monumenta BID para a construção do Complexo Cultural da Esplanada. Há três semanas, está em análise na Unidade Central de Gerenciamento (UCG) do programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no gabinete do Ministério da Cultura, a carta-consulta que fundamenta o pedido de verbas para o financiamento das obras de conclusão do projeto original de Brasília.

O projeto arquitetônico para a ocupação dos terrenos à beira do Eixo Monumental, entre a Rodoviária e os ministérios, está pronto desde setembro passado e é de Oscar Niemeyer. A proposta prevê a construção de biblioteca, museu, auditório, conjunto com cinemas, túnel com lojas e estacionamento sob o canteiro central da avenida. Quando os prédios estiverem prontos, a área total deve chegar aos 60 mil metros quadrados, com custo total estimado em US\$ 19 milhões.

Parte do Complexo Cultural da Esplanada está reservada para a exploração pela iniciativa privada e depende dos recursos dos interessados para ser erguida. Do orçamento previsto, R\$ 25 milhões, ou US\$ 11 milhões, têm a ver com a biblioteca e o

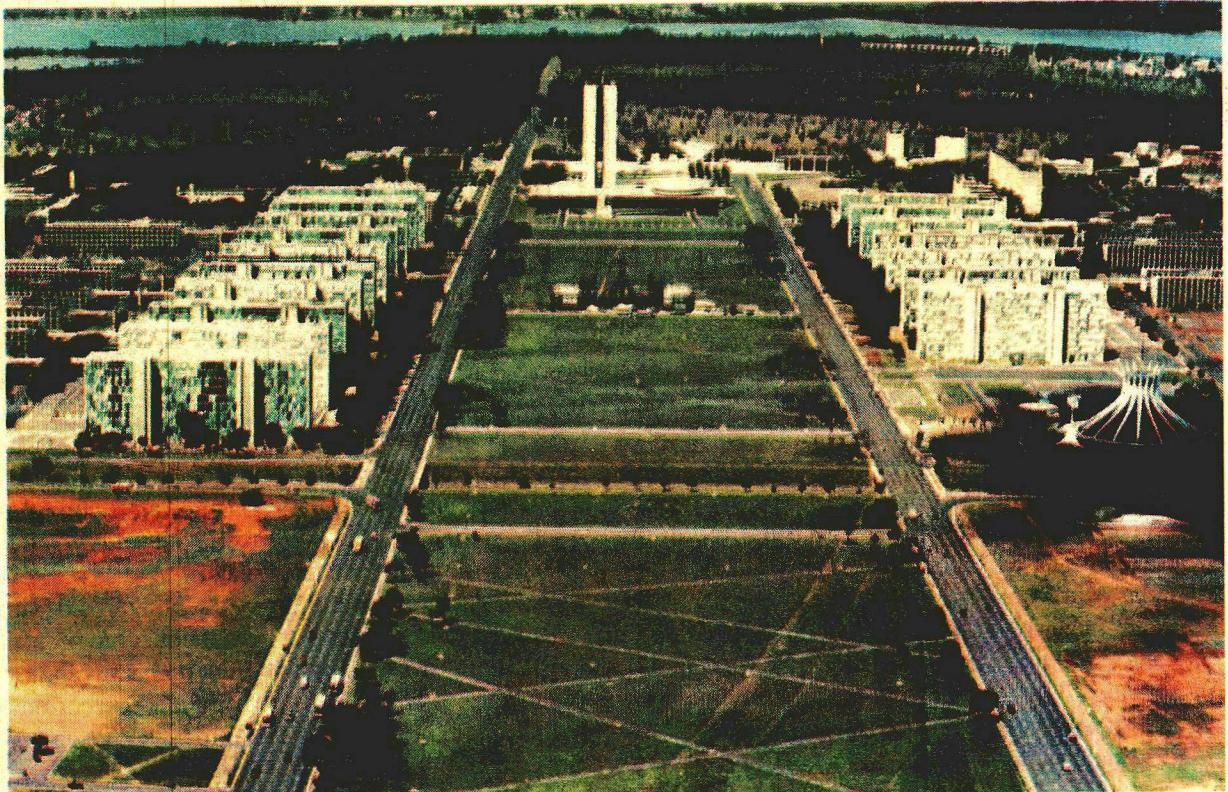


Foto: Evandro Matheus/Arquivo

Os terrenos para a construção do complexo ficam entre a Esplanada e os Setores de Diversão Sul e Norte

museu que devem ficar entre a Catedral e o Touring Club do Brasil. Na carta-consulta encaminhada à UCG do BID Monumenta, o GDF busca verbas para esses dois prédios.

Análise

O pedido de Brasília - no valor de US\$ 8 milhões, de acordo com o secretário-adjunto de Obras, David José de Matos - , está em análise junto com os pleitos de outras 19 cidades, todas sedes de sítios arquitetônicos de interesse histórico e cul-

tural. A assinatura do convênio depende da comprovação de equilíbrio fiscal que permita a contrapartida do financiamento, da demonstração do interesse de participação da iniciativa privada e de estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e socioambiental.

“Acredito que as cartas consultas já estejam analisadas e as prefeituras e o GDF informados sobre o resultado até o fim do mês”, supõe o especialista em comunicação da UCG do Monumenta BID, Régis Magalhães. “No fim deste ano, os

contratos do convênio de financiamento para a execução das obras e ações devem estar assinados pelos representantes do programa e dos governos municipais ou do Distrito Federal.”

O propósito do programa aparentemente não tem a ver com a destinação proposta pelo GDF para os recursos. Como o objetivo do Monumenta BID é a concessão de verbas para o financiamento da preservação de sítios arquitetônicos, seria um desvirtuamento o uso das verbas do programa com a construção de novos prédios. “A conclusão

do projeto original da cidade não distoa da intenção inicial do programa, está dentro do conceito inicial”, explica Magalhães.

Eleição

Em setembro de 2000, durante a apresentação de maquete do Complexo Cultural da Esplanada, o ministro da Cultura se manifestou favorável à aprovação da carta-consulta a ser encaminhada pelo GDF. “Todas as cidades e sítios históricos têm chances, mas o fato de eu estar aqui, nesta ocasião, significa alguma coisa”, disse, há nove meses, Francisco Weffort. O bom indício para o pedido de Brasília anima o governo local.

“Tão logo se tenha o sinal verde para a assinatura do termo de compromisso, vamos fazer a licitação para a construção da biblioteca e do museu”, adianta

o secretário-adjunto de Obras. “Imagino que, no segundo semestre deste ano já vamos ter a concorrência pública para a escolha da empresa que vai assumir esse trabalho”, diz Matos. Como 2002 é ano com eleição para governador e presidente, a pressa é compreensível.

O último compromisso de David José de Matos antes da entrega da carta-consulta ao UCG foi um encontro com empresários do ramo imobiliário no Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF). “Era preciso juntar aos documentos a formalização do interesse da iniciativa privada no futuro empreendimento”, explica Matos. “Como é uma área nobre, consegui reunir a assinatura de 25 interessados em investir no Complexo Cultural da Esplanada.”

(lclaudio@gazetamercantil.com.br)

O que é o Programa Monumenta BID

O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano, ou Monumenta BID, nasceu de uma tragédia. Em 1987, depois que um terremoto devastou Quito, capital do Equador, o surpreendente resultado da aplicação dos recursos para reconstrução do centro histórico da cidade inspirou os técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O que era para financiar a reconstrução funcionou para dar novo vigor à ocupação de uma região da cidade.

O projeto de recuperação do sítio destruído permitiu a exploração comercial de espaços que antes eram subaproveitados ou estavam abandonados. Como consequência, veio a valorização dos imóveis e depois o ressurgimento econômico, cultural e social do centro histórico de Quito. O sucesso inesperado da iniciativa inspirou o BID a apresentar ao governo brasileiro uma proposta para a conservação sustentável do patrimônio histórico.

O Monumenta, resultado de acordo firmado entre o banco e a União em dezem-

bro de 1999, é iniciativa sem similar no mundo. Para a elaboração das regras do programa, foram três anos de estudos e negociações.

Escolhidas

Desde essa fase, sete cidades brasileiras foram escolhidas para experiências que orientam a sistematização das normas, e, desde junho, Recife, Ouro Preto, Olinda e Rio de Janeiro tiveram os projetos de recuperação aprovados e firmaram contratos de financiamento de obras.

Durante a primeira etapa do Monumenta, com duração prevista de cinco anos, a previsão de investimento na preservação do patrimônio cultural urbano alcança os US\$ 200 milhões.

Dos recursos, 31,25% são empréstimos do BID ao governo federal, 15% são investimentos federais a fundo perdido, 10% são contrapartida de estados e municípios e 6,25% têm a ver com patrocínios a instituições e empresas privadas. Os restantes 37,5%, ou US\$ 75 milhões dependem de investimentos privados. (L.C.C.)